



COLETIVO PARATODOS RUMO AO CONGRESSO DA UNE



COLETIVO

PARATODOS

JUVENTUDE CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL

 **@paratodosbr**

 **@br_paratodos**

 **/paratodosbr**

SUMÁRIO

★ QUEM SOMOS.....	4
1.1. APRESENTAÇÃO DA TESE.....	4
1.2. JUVENTUDE TRABALHADORA.....	5
1.3. A AMÉRICA LATINA VAI SER TODA FEMINISTA!.....	6
1.3. LGBTQI+ NAS UNIVERSIDADES.....	7
1.4. NEGRAS E NEGROS.....	9
1.5. ANTIPROIBICIONISMO.....	11
★ CONJUNTURA.....	12
2.1. O CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE E A DENÚNCIA AO DESGOVERNO BOLSONARO.....	12
2.2. O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PANDEMIA E A LUTA DE ESTUDANTES.....	13
2.3. ENSINO REMOTO.....	14
2.4. CORTES NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	15
2.5. POLÍTICA DE INTERVENÇÃO NAS UNIVERSIDADES E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.....	16
2.6. UNIVERSIDADES ESTADUAIS: AUTONOMIA FINANCEIRA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO...17	
★ O PAPEL DA UNE E AS PRÓXIMAS LUTAS.....	18
3.1. PAPEL DA UNE.....	18
3.2. PLANO DE RECONSTRUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	19
3.3. UNIVERSIDADES PRIVADAS.....	20
3.4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	21
3.5. EM DEFESA DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO!.....	22
3.6. CONTRA O REUNI DIGITAL.....	23
3.7. LEI DE COTAS: UMA POLÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	24
3.8. PRÉ-SAL PARA A EDUCAÇÃO E DEFESA DAS ESTATAIS.....	25
3.9. ACESSIBILIDADE.....	26
★ O QUE DEFENDEMOS.....	27





QUEM SOMOS

Vivemos uma conjuntura que nos convida, mais uma vez, a repensar os rumos do Brasil, sem perder de vista a coragem de dizer à sociedade que, neste momento difícil, outro país é possível: o da inclusão social, da educação universal e da esperança. É por esta razão que nós do Coletivo ParaTodos retomamos a campanha **“Lula UNE o Brasil”** para este congresso.

Devido a pandemia do novo coronavírus, o congresso da UNE acontecerá remotamente, em caráter extraordinário. Contudo, isso não nos furta de construir análises da conjuntura estudantil, de modo que avaliamos que é fundamental que haja uma atualização de diretrizes para a entidade. Jovens estudantes de todo o país têm um encontro marcado entre os dias 14 e 18 de julho para organizar a resistência contra a política genocida de Jair Bolsonaro e para pensar um novo Brasil.

A juventude trabalhadora pôde, nos últimos 10 anos, sonhar com a universidade e tê-la como realidade graças às diversas políticas petistas que inseriram os jovens na graduação. Foi com o ProUni, o Reuni e o FIES que milhões de famílias brasileiras foram completamente transformadas. Hoje, com o governo Bolsonaro, vemos nossa educação sendo desmontada e **transformamos nossa indignação em compromisso com o Brasil e com a continuidade do projeto que vimos melhorar este país.**

Somos o Coletivo Paratodos que nasceu há 12 anos atrás reunindo jovens estudantes referenciados na Juventude Construindo um Novo Brasil do Partido dos Trabalhadores. Desde então, disputamos os rumos da educação brasileira. Atuamos no movimento estudantil em Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos, DCEs, Diretórios Acadêmicos, UEEs, UMES, Entidades Estaduais Secundaristas, Executivas e Federações de Curso, Associação de Pós-Graduandos, a UNE e a UBES. Entendemos o papel transformador da educação na estrutura da sociedade e lutamos para que ela seja acessível a todas e todos, que a graduação seja um sonho possível para os que estão nas escolas públicas de todos os cantos do Brasil.

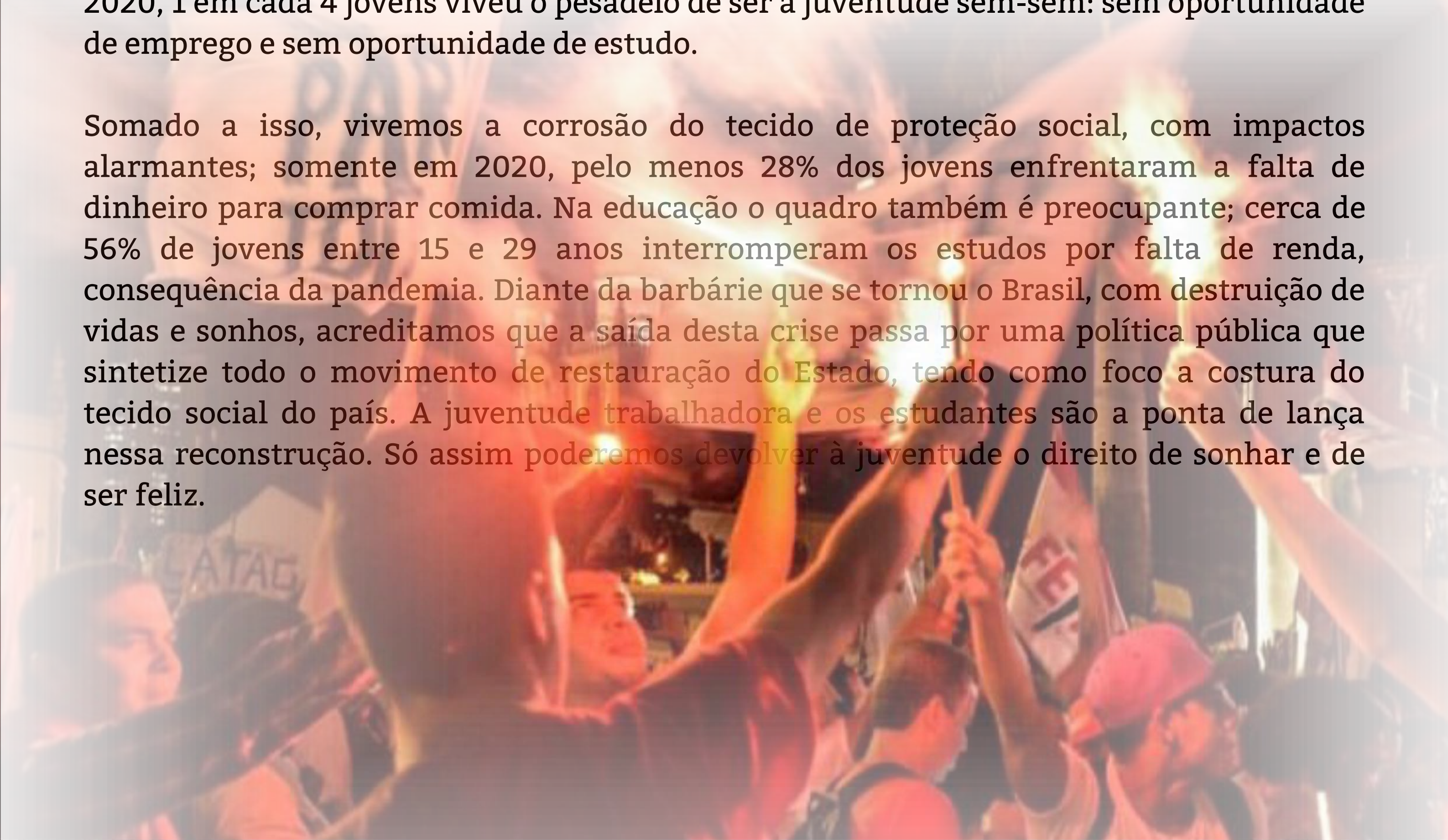
JUVENTUDE TRABALHADORA

"FALAR SOBRE JUVENTUDE É FALAR SOBRE O FUTURO DO BRASIL" (LULA).

É imprescindível analisar a conjuntura à luz da juventude, sobretudo a trabalhadora. Entre 2003 e 2015, a juventude viveu o auge da inclusão social, política e econômica. A criação da Política Nacional de Juventude (PNJ) mudou radicalmente a agenda pública ao reconhecer os jovens não mais como problemas em potencial, mas como sujeito de direitos. Nunca antes na história do Brasil, os jovens tiveram tanto protagonismo e possibilidades de escrever a própria trajetória. Prova disso são os instrumentos criados pelos governos Lula e Dilma, como Sisu, as cotas, ProUni, Reuni e FIES; que juntos, promoveram uma verdadeira revolução educacional. Contudo, se o momento histórico anterior era de esperança e superação de desigualdades, a realidade vivida desde o golpe de 2016 é outra.

O governo Bolsonaro vem construindo uma agenda de destruição das conquistas sociais, na qual assistimos a um notório enfraquecimento do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), além da ausência de jovens nos espaços de participação e formulação política. A aprovação da Emenda Constitucional 95 de 2016 e do pacote de reformas do projeto neoliberal e anti-povo reduziram significativamente as condições de vida e trabalho dos jovens. De acordo com um estudo IDados - com base na PNAD - a precarização entre os jovens brasileiros é a mais alta do mundo: 8 em cada 10 jovens trabalhadores exercem trabalhos precarizados. Parte desses jovens enfrentam longas jornadas para concluir seus estudos. Sem trabalho não conseguem estudar e sem estudar não conseguem romper o ciclo da precarização. Na pandemia, a taxa de desocupação na faixa dos 15 aos 29 anos subiu de 49,37% em 2019 para 56,34% em 2020. Neste período também aumentou o número de jovens que não estudam e não trabalham. No final de 2020, 1 em cada 4 jovens viveu o pesadelo de ser a juventude sem-sem: sem oportunidade de emprego e sem oportunidade de estudo.

Somado a isso, vivemos a corrosão do tecido de proteção social, com impactos alarmantes; somente em 2020, pelo menos 28% dos jovens enfrentaram a falta de dinheiro para comprar comida. Na educação o quadro também é preocupante; cerca de 56% de jovens entre 15 e 29 anos interromperam os estudos por falta de renda, consequência da pandemia. Diante da barbárie que se tornou o Brasil, com destruição de vidas e sonhos, acreditamos que a saída desta crise passa por uma política pública que sintetize todo o movimento de restauração do Estado, tendo como foco a costura do tecido social do país. A juventude trabalhadora e os estudantes são a ponta de lança nessa reconstrução. Só assim poderemos devolver à juventude o direito de sonhar e de ser feliz.





A AMÉRICA LATINA VAI SER TODA FEMINISTA

Nos últimos anos, a realidade das mulheres vem se tornando cada vez mais perversa, em especial após o golpe sofrido por Dilma Rousseff - a primeira de nós a chegar à Presidência da República. Os governos Temer e Bolsonaro significam um retrocesso imenso para as mulheres: as políticas públicas voltadas para nós foram cada vez mais desestruturadas e fomos varridas dos espaços de poder: de 22 ministérios do governo Bolsonaro, apenas 2 são dirigidos por mulheres.

A sociedade foi construída sob o patriarcado e por séculos, a ocupação das mulheres se resumiu a funções domésticas e de cuidado. Ainda que tenhamos avançado, as mulheres brasileiras continuam sofrendo com as imposições de uma sociedade machista e opressora. E a conjuntura atual, sob a ótica das mulheres, não é simples. Não bastassem as dificuldades de viver sob um governo de extrema direita e antidemocrático, o novo coronavírus afetou em especial a vida das mulheres - “A corda sempre estoura do lado mais fraco” e esse lado é o que morre de doença e de fome durante a crise econômica e sanitária que vivemos. O aprofundamento das desigualdades e contradições já impostas na vida das mulheres tornam nossas vidas mais difíceis e a luta feminista mais necessária.

As dificuldades que a pandemia trouxe para a vida das mulheres são multifacetadas. Na saúde, o medo de contaminação pelo coronavírus acompanha a insegurança alimentar e a desnutrição, os altos índices de mortalidade materna, a pobreza menstrual, a dificuldade no acesso à contracepção e impossibilidade de aborto seguro. No trabalho, as desigualdades entre homens e mulheres e entre pessoas brancas e negras foram agravadas: o IBGE aponta um desemprego recorde das mulheres (cerca de 17%) e um retrocesso de cerca de trinta anos da participação das mulheres (45,8%) no mercado de trabalho.



A violência doméstica aumentou, especialmente para as mulheres negras, em tendência de crescimento avassaladora. Das 1.206 mulheres vítimas de feminicídio, 61% delas eram negras (2018). Mesmo com a aprovação de leis importantes para a segurança e a vida das mulheres, nos últimos 10 anos o assassinato de mulheres negras aumentou 54%. Na pandemia, os órgãos de segurança pública destacaram que os casos de feminicídios aumentaram em 5%. Até o fim da pandemia, fica a questão: quantas de nós ainda irão morrer?

Negra e empregada doméstica, Dona Rosana Urbano foi a primeira vítima do coronavírus no Brasil. Ela foi contaminada pelo patrão, que não informou que estava contaminado e não a dispensou do trabalho. Faleceu aos 63 anos em 11 de janeiro de 2020, vítima da herança brasileira patriarcal e escravista.

Por isso, precisamos seguir nos organizando no movimento feminista pelo fim da violência, pela descriminalização do aborto e pela criação de políticas públicas que garantam a sobrevivência de todas nós. Dizemos NÃO ao machismo, ao racismo, à desigualdade social e à violência, que se perpetuam em nossas vidas. O futuro será feminista, de pele preta e livre ParaTodas!



LGBTQI+ NA UNIVERSIDADE

*“Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E, baby, amar, amar, sem temer
Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser, em vão”*

(Flutua – Johnny Hooker e Liniker)

Nos governos petistas, a população LGBTQIA+ organizada nos mais diversos movimentos, associações e organizações, pôde se reunir com Lula e Dilma para pensar e implementar políticas públicas que garantiram a construção de um caminho de igualdade. Porém, desde o golpe de 2016, diversos retrocessos foram impostos: como a retirada da base curricular de ensino sobre orientação sexual e identidade de gênero, o aumento da violência contra a população LGBT e o avanço do conservadorismo.

Existir ainda é para nós um grande ato de resistência. O Brasil lidera o ranking mundial de mortes da população LGBTQI+, a cada 23 horas um de nós morre, muitas vezes de forma brutal. Nossos sonhos são grandes e não cabem no Brasil de um presidente genocida que tem como projeto a destruição e extermínio daqueles que não estão alinhados com ele. Somos os jovens LGBTs que em 2018 lutamos incansavelmente para expor os riscos que corríamos com a possibilidade de eleição do então deputado, que já nos atacava sistematicamente por meio de piadas. Bolsonaro mostrou a que veio e desde que assumiu a presidência, tem normatizado a LGBTfobia e destruído políticas públicas fundamentais para a garantia das nossas vidas e conquistados com muita luta do movimento organizado.



No âmbito da educação, enxergamos nas escolas um dos espaços mais importantes de formação, descoberta e expressão de jovens enquanto cidadãos. A escola deveria ser um território de respeito às diversidades e acolhimento por parte dos educadores, mas a realidade enfrentada não é essa. Agressões, violência e bullying são muitas vezes responsáveis pela interrupção dos estudos de muitos jovens LGBTQIA+.

Estima-se ainda que 70% da população trans do Brasil não concluiu o Ensino Médio, perdendo a possibilidade de entrar no mercado de trabalho e no mundo acadêmico. É necessário que sejam garantidas mais políticas de acesso às universidades para pessoas em maior vulnerabilidade, como é o caso da população de travestis, mulheres e homens trans, trans masculinos e demais pessoas trans. Algumas universidades já adotam cotas para a população T a fim de garantir a conquista de direitos por meio do combate às injustiças. Não podemos parar o debate na graduação, é preciso que o acesso à pós-graduação também seja uma realidade e não uma exceção.

Com a pandemia, diversos jovens que estão na universidade e se mantêm graças às políticas de permanência estudantil, como moradia e alimentação, tiveram que voltar às suas casas. Ficar em casa para muitos LGBTs significa violência, brutalidade e muitas vezes a morte. Retornar para o ambiente que nos silencia, nos coloca num lugar que há muito já não discutíamos, os “armários”. A taxa de suicídio já era muito alta entre nós e os números cresceram exponencialmente com a crise sanitária.

Lutamos porque queremos viver, ser respeitados e igualmente vistos perante toda a sociedade. Queremos mais LGBTs nas universidades e nos espaços de poder. Queremos uma nova sociedade com uma nova cultura política, que nos permita a dignidade e a liberdade de amarmos e sermos quem quisermos.



NEGRAS E NEGROS

A cada 23 minutos um jovem negro morre violentamente no Brasil. A cada 100 pessoas mortas no Brasil, 69 são negras. Jovens negros mortos asfixiados por seguranças de mercado não geram nenhuma comoção na sociedade. Mulheres negras no Brasil são 58% das vítimas de violência doméstica. As famílias brancas brasileiras têm um rendimento mensal em média 2 vezes maior do que uma família negra. 64% da massa desempregada no Brasil é preta ou parda. 62% da população carcerária brasileira é negra. 38% da comunidade universitária é negra.

Na sociedade capitalista, calcada pelo racismo e exclusão, os corpos negros sempre foram vistos como meros instrumentos. Fomos desumanizados, transformados em máquinas, em seres sem alma. Fomos transformados em uma carcaça vazia sem sentimentos ou desejos. A hegemonia branca tentou destruir nossas raízes, apagar a nossa história e negar o direito ao culto de nossas divindades, ancestrais e reproduzir nossa cultura. Os pretos e pretas não serão livres até que estejamos empoderados e ocupando os espaços de poder, para que possamos deliberar sobre o nosso próprio futuro. A tomada do governo golpista de Michel Temer e o prosseguimento do golpe com Bolsonaro, tem nos trazido um aumento do racismo institucional e simbólico de forma feroz.

Excluídos dos espaços de decisão e cada vez mais à margem da sociedade, nos caçam como animais na floresta e cada vez menos, se garante direitos a um povo que foi escravizado por mais de 300 anos e é negligenciado até hoje. Quando começamos a ter avanços básicos, mas que nos permitiriam mudanças estruturais, a hegemonia branca logo tratou de travar esse processo, na marra, ceifando vidas negras que ousam lutar, como Marielle Franco.



Enquanto jovens negros e negras, não podemos deixar de refletir sobre os processos que vivemos. Assistimos, um operário chegar à presidência com um projeto de país que possibilitou a inclusão dos ideais, sonhos e esperanças pleiteados pelo movimento negro e os demais movimentos sociais desde os anos 70. Foi à luz desta concepção de Brasil, no qual se propôs o efetivo exercício da cidadania e do bem-viver, que aprovamos a implementação de ações afirmativas como as cotas, possibilitando novas perspectivas de acesso à universidade para a juventude negra. Bem como sanção da Lei 10.639 e Lei 11.645 para garantir nas escolas o ensino de história e cultura negra e indígena, ProUni, FIES, Bolsa Família, a ampliação do SUS entre outras políticas públicas.

Porém conforme avançam as políticas de inclusão social, o Estado avança com a sua política de higienização social contra o povo negro, indígena e periférico. Aumentam os índices de morte como nunca antes no Brasil, completando o esfacelamento da população negra, ao passo que vemos o aumento massivo do encarceramento da população negra.

A nossa luta precisa de cada vez mais mentes, corações, braços e vozes de negros e negras em luta, entendendo que não há revolução social no Brasil sem um projeto popular e anti-racista, e não há capitalismo sem racismo. Temos plena certeza que a coalizão golpista e racista nos roubou mais uma vez enquanto povo preto e lutaremos incessantemente até o fim de nossas forças para que a marcha da reparação histórica não retroceda.



**O PROCESSO GENOCIDA
SEGUE EM MARCHA E É
FUNDAMENTAL O FIM DA
BRUTALIDADE POLICIAL E A
REVISÃO DA NOSSA DITA
“JUSTIÇA” CRIMINAL NO
BRASIL, QUE RESPALDA
LEIS RACISTAS E SEGUEM
CEIFANDO AS VIDAS E
OPORTUNIDADES DO POVO
NEGRO.**

A realidade da população carcerária não deixa dúvidas, grande parte das pessoas presas no Brasil devem ser libertas das cadeias e prisões, pois não lhes foi garantido julgamento justo e imparcial como nos garante a Constituição. Lutaremos até o expurgo do racismo, que criminaliza nossos direitos, nossos corpos, nossa cultura.

A educação no Brasil será para todos quando houver universalidade no acesso, do ensino básico ao pós doc, e condição de permanência estudantil ao povo preto e pobre deste país. Para além disso, a educação só será emancipadora se permitir ao povo preto e indígena um conhecimento de si e de sua história. Se um povo não tem conhecimento sobre si e sobre sua posição na sociedade e no mundo, ele tem pouca chance de se identificar com qualquer coisa. Por isso entendemos que uma de nossas tarefas primordiais é tocar uma luta ferrenha pela defesa da lei de cotas, pelas políticas públicas de ação afirmativa e pela excelência em pesquisa, ensino e extensão, entendendo que é necessária a reparação ao povo negro que quando não foi escravizado, foi e é duramente reprimido e inferiorizado.

Na conjuntura em que nos encontramos, e em todas as outras que nossos ancestrais viveram, nos foi cobrada a tarefa de resistir e existir. Não mais aceitaremos sermos vítimas passivas de um Estado racista, de um Brasil que nunca nos aceitou enquanto brasileiros. Nós nos organizaremos e lutaremos. Seremos jovens negros e negras articulados pelos nossos e para os nossos.



ANTIPROIBICIONISMO

Desde os primórdios da humanidade, há uso de drogas para vários fins; de alimentares, e medicamentosos, passando pelos recreativos, religiosos. Se por milênios essa relação foi mediada por outros tipos de controle, há cerca de um século essa tradição passou a ser permeada por repressão, intransigência e violência: a lógica da guerra.

É evidente que a proibição falha em seu pressuposto de garantia da saúde pública, visto que as pessoas seguem consumindo substâncias psicoativas - porém sem controle de qualidade - e traz consigo a violência do mercado ilegal e do Estado. Acarretando no encarceramento em massa e a penalização dos pobres, o impedimento dos usos religiosos e medicinais, a ingerência do Estado na vida privada dos cidadãos, a estigmatização e o preconceito, entre outros.

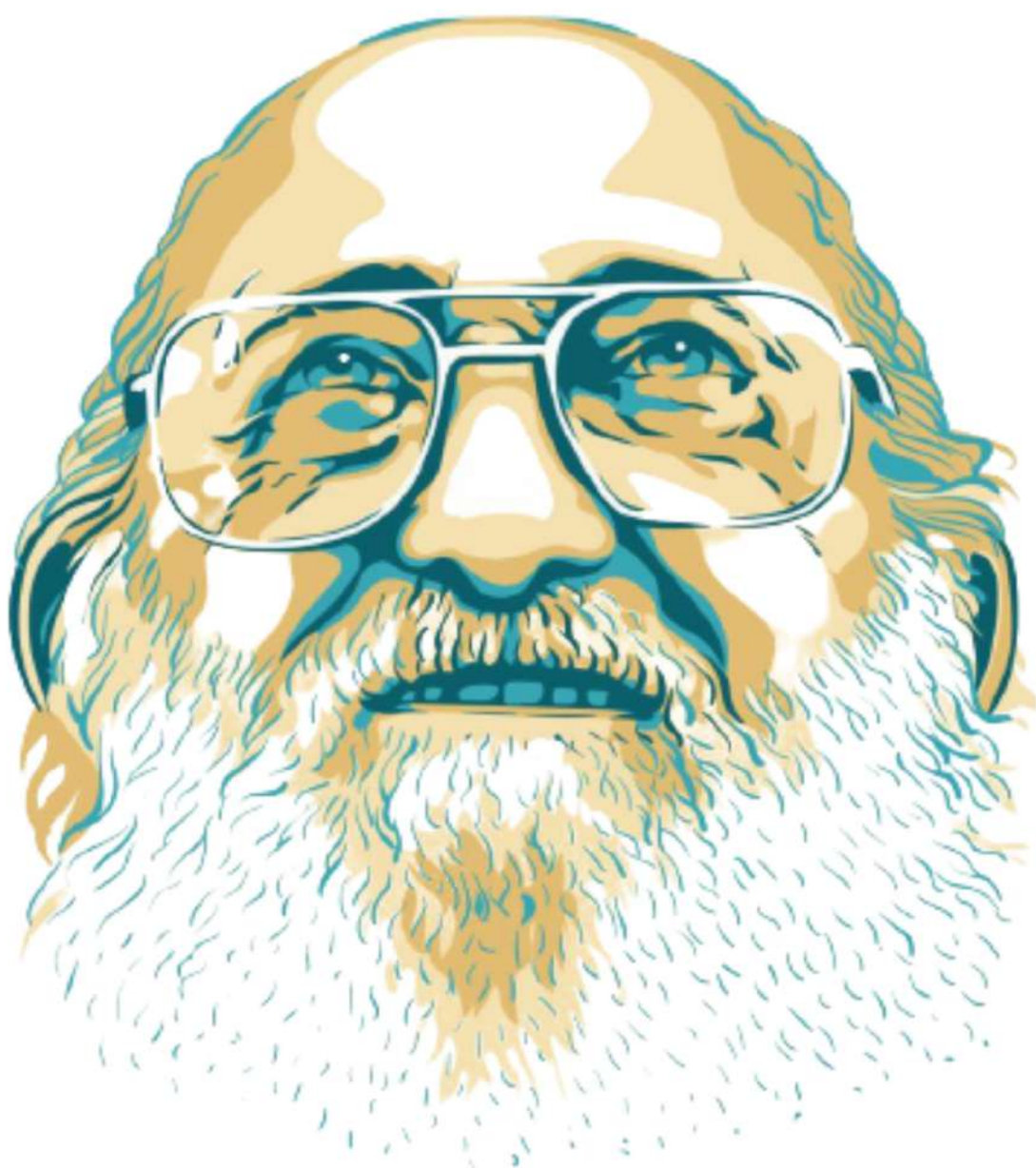
A discussão da política de drogas deve ser feita fora da esfera moralista da criminalização ou da patologização, e nesse sentido, para além da defesa dos usuários e da legalização da maconha. Partimos do entendimento de que discutir os impactos do proibicionismo vai para além dos usuários de drogas ilícitas, a guerra às drogas tem impactos mortais na população periférica e negra, e só acabará de fato com a regulamentação de todas as substâncias tornadas ilícitas nos últimos cem anos.





O CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE E A DENÚNCIA AO DESGOVERNO BOLSONARO

Em 2021 comemoramos o centenário de Paulo Freire, educador conhecido no Brasil e no mundo. Defender seu legado em uma conjuntura como a nossa é ir diretamente contra o modelo de educação que o governo genocida nos impõe. Neste mesmo ano, professores sofreram perseguições, processos judiciais e coação juntamente a estudantes, que também tem sido linha de frente na resistência e na denúncia do desgoverno, nas universidades do país que estão sob intervenção.



PAULO FREIRE
PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CONJUNTURA

ENSINO REMOTO E CORTES NA EDUCAÇÃO

Um dos maiores desafios para a educação durante a pandemia são as aulas remotas: o Brasil tem um alto índice de desigualdade educacional e tecnológica e boa parte do país não tem sequer acesso a internet. Muitos sonhos se frustraram. Sonhos de estudantes que passaram no vestibular em meio ao caos e não conseguiram sequer frequentar a sala de aula das Universidades - diuturnamente atacadas pelo governo Bolsonaro, que vetou o PL 3477 que garantia internet e aparelhos para estudantes - desestimulando-os ainda mais.

Nossa missão, enquanto movimento estudantil organizado, se torna ainda maior no período pós pandêmico. Lutaremos para que a volta às aulas seja segura, em condições pedagógicas e estruturais adequadas. E também devolver a esperança e reavivar os sonhos de tantas e tantos estudantes, fazendo assim com que, na retomada ao presencial consigamos, a partir das entidades de base e gerais do Movimento Estudantil, tocar uma grande mobilização disposta a debater e construir a universidade e o Brasil que queremos.

Não é de hoje que existe no país um projeto de desmonte da educação pública. Há anos, o discurso ideológico, falacioso e dogmático da austeridade fiscal aponta que a culpada da crise brasileira é o gasto público, e que a solução estaria nos cortes e na redução do papel do Estado na vida das pessoas, transformando direitos sociais em mercadoria. **Onde vemos investimento e centralidade para o desenvolvimento do Brasil, eles veem excesso de gastos.**



A educação é diretamente afetada por este discurso, sofrendo cortes expressivos. Ao analisar o ensino superior, vemos que o orçamento discricionário do Ministério da Educação (MEC) destinado às Universidades Federais para 2021 teve um corte de quase 20% em relação a 2020 e de 37% se comparadas às de 2010. A educação hoje tem o menor orçamento da década. Destaca-se que cerca de R\$ 177 milhões foram cortados da assistência estudantil, prejudicando a permanência de estudantes de baixa renda. As Universidades têm sido protagonistas nas ações de enfrentamento do novo coronavírus e o impacto da redução orçamentária traz consequências imediatas, uma vez que as instituições estão trabalhando arduamente na produção de álcool em gel, respiradores, testes e vacinas. No médio prazo, as consequências são nefastas, pois nossa capacidade de produzir soluções para o enfrentamento às crises e abrimos mão de um projeto de desenvolvimento nacional, no qual a solução para os problemas do Brasil venham daqui e não de fora.

Com estrangulamento orçamentário, as universidades têm operado próximas de seu limite. Importantes instituições do país, como a UFRJ e Unifesp, falam em interromper suas atividades por falta de verba. A própria UFRJ é responsável pelo desenvolvimento de duas vacinas contra o coronavírus, que estão em fase de testes pré-clínicos.

Desde a campanha presidencial, Bolsonaro deixou nítida sua oposição a uma educação empoderadora e hoje é evidente que usa de argumentos falsamente técnicos para desmontar e enfraquecer um setor que nunca o apoiou: o da educação. O desfinanciamento profundo do sistema federal com cortes e reduções contínuas no orçamento e da reelitização do ensino superior, tenta excluir os filhos da classe trabalhadora das universidades públicas. O objetivo é precarizar para privatizar, privatizar para elitizar e excluir. Não há caminho que reverta a dificuldade que as universidades enfrentam que não passe pela revogação da EC 95 e pelo fim deste governo, que será derrubado também com a mobilização estudantil.



REITOR ELEITO É REITOR EMPOSSADO!

EM DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E CONTRA A POLÍTICA DE INTERVENÇÃO NAS
UNIVERSIDADES

Cerca de 20 instituições federais de ensino entre universidades, institutos e centros federais estão sob uma política de intervenção, mais um grande ataque à educação brasileira e à autonomia universitária.

No início do ano, finalmente o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para determinar que o presidente da República respeite a lista tríplice na nomeação de reitores, organizada pelo colegiado máximo das Universidades Federais, conforme estabelecido em lei. Mesmo sendo uma importante conquista, a liminar não tem efeito retroativo e instituições de ensino continuam sofrendo esse ataque à autonomia, assim como perseguições.

Nas instituições sob intervenção, a receita é uma só: perseguição pessoal e jurídica a opositores, exclusão de segmentos da universidade de órgãos de direção e exaltação do governo federal e medidas anti-ciência e educação. É nítida a funcionalidade central das intervenções: atacar a ciência e a educação, inimigos centrais de Bolsonaro.

Derrubar os interventores deve ser papel crucial do movimento estudantil no próximo período, para que possamos ter a autonomia universitária respeitada e uma universidade livre dos resquícios de ditadura.



UNIVERSIDADES ESTADUAIS: AUTONOMIA FINANCEIRA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A palavra de ordem para as universidades estaduais, é autonomia. Grande parte das universidades públicas estaduais têm sua folha de pagamento atrelada à folha mensal do Estado, o que faz com que muitas das universidades estaduais do país tenham dificuldade de fazer planejamento e desta maneira, tenham dificuldade de decidir os rumos das universidades no longo prazo.

É fundamental que travemos batalhas que garantam a autonomia orçamentária e de gestão de nossas universidades, seja na batalha pela aprovação dos duodécimos enquanto alternativa constitucional para executar a autonomia financeira e patrimonial, seja defendendo alternativas como o Decreto nº 29.598/1989 que sofreu recentes ameaças de revogação.

No momento de crise financeira atravessado por vários estados, fica nítido que a crise financeira é mais aguda nas universidades estaduais do que nos outros setores da administração estadual e não há resposta possível para tal crise sem a autonomia financeira e patrimonial.



Tomamos de exemplo a situação oposta da UERJ e da USP, ambas estaduais, mas em condições de autonomia e financiamento diferentes, que as colocam em condições extremamente diferentes para encontrar saídas de sustentabilidade no contexto atual de crise.

Outro desafio na autonomia universitária é a liberdade de expressão durante o período eleitoral. As eleições do ano que vem podem repetir situações vividas em outubro de 2018, às vésperas do segundo turno das eleições gerais no Brasil, quando diversas universidades públicas foram alvo de operações por parte da fiscalização da Justiça Eleitoral e das autoridades policiais, a fim de reprimir manifestações estudantis antifascistas, sob o argumento de coibir propaganda eleitoral e violando liberdade de expressão e a autonomia. É fundamental que tenhamos uma ação política forte e contínua frente a isto.

A pouca autonomia financeira das universidades reflete-se também na fragilidade das políticas de assistência e permanência estudantil. O PNAEST deve ser uma importante bandeira de luta da UNE frente a luta das universidades estaduais, pois é uma alternativa para que haja a capacidade de maior integração e padrão de política pública aplicada à permanência e assistência estudantil no nível estadual e federal. Tão importante quanto a valorização e ampliação do PNAEST, é a luta pela criação de planos estaduais de assistência estudantil, de maneira que tanto o governo federal, quanto os governos estaduais, se responsabilizem pela assistência e pela permanência dos estudantes.



O PAPEL DA UNE E AS LUTAS FUTURAS

A pandemia trouxe uma nova realidade aos estudantes e ao movimento estudantil brasileiro. Se por um lado o ensino remoto mostrou ser uma importante saída para a não paralisação das atividades acadêmicas, por outro escancarou uma desigualdade tecnológica existente. Já estamos há quase um ano e meio afastados das salas de aula e temos uma geração de estudantes que passará quase metade da graduação sem vivenciar a Universidade.

Outro desafio serão os processos eleitorais das entidades estudantis nas universidades, especialmente naquelas em que a instituição não possui um sistema próprio de eleições. Não temos hoje uma lei federal que regule o compartilhamento de dados dos estudantes. Dito isso, é fundamental que a UNE incida uma agenda de lutas pela criação de uma legislação que autorize esse compartilhamento de dados e consequentemente auxilie no processo de eleições de nossas entidades estudantis.

Neste sentido, é fundamental que a entidade possa apresentar resposta à altura do desafio histórico que se apresenta para a educação e os estudantes.



FORA BOLSONARO: GENOCIDA E CORRUPTO!

A UNE precisa estar cada vez mais conectada com as entidades de base, conectada nas lutas regionais e conseguindo conectar essas lutas à luta e à mobilização nacional da entidade para construir um movimento estudantil do tamanho do Brasil e forte para superar os desafios que estão colocados.

Dentre as diversas atrocidades e as mais de 500 mil mortes, este governo Genocida também é responsável pela destruição da educação pública, pela desvalorização da ciência, pela perseguição ideológica a tudo o que não seja terraplanista, pela destruição dos sonhos da juventude, por uma verdadeira fuga de jovens cientistas do país, ocasionando o enfraquecimento e a destruição de um país soberano.

Frente a este cenário, nós do coletivo ParaTodos entendemos a UNE tem tarefas fundamentais para desempenhar no próximo período:

Entendemos que a União Nacional dos Estudantes, tem como primeira tarefa a derrubada do governo Bolsonaro. A UNE tem um papel fundamental na mobilização da juventude, através da agitação das entidades e sintonia na proposição e ação de um calendário de lutas nacionalizado, que se estenda pela mobilização diária na base. Temos de fundar Centros e Diretórios Acadêmicos e organizar a luta dos estudantes, formando e desenvolvendo consciência política revolucionária para derrubar este governo. Além de articular com os demais setores da universidade.

Só a ativa mobilização e organização das bases é capaz de transformar a revolta popular em força política para a derrubada do governo Bolsonaro e abrir caminhos para a reconstrução de um país soberano.



ORGANIZAR AS BASES

Para efetivar a reorganização das bases do Movimento Estudantil, é imprescindível que na nossa retomada ao presencial a UNE organize um grande CONEB/CONEG, para que possamos fazer um grande diagnóstico do movimento estudantil e envolver diretamente as entidades de todo o país na construção de um calendário de lutas unificado, que integre as lutas nacionais e regionais à agenda da UNE e que ajude a entidade a incidir diretamente na reoxigenação das bases.

A reoxigenação das bases passa também por uma necessidade de luta por acesso e permanência estudantil, nesse sentido é fundamental que junto com a UBES, a UNE faça uma grande campanha pela realização do ENEM 2021 e ENEM 2022, não há universidade sem estudantes e precisamos brigar pelo sonho da universidade pública, presente em milhares de lares trabalhadores do país.

E quem entra, precisa ter permanência de qualidade e por isso é fundamental que a luta pelo financiamento da educação pública seja tocado de forma ferrenha e responsável, a APLICAÇÃO DO PNAES E 10% DO PRÉ SAL PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE, precisam fazer parte da agenda de lutas da UNE, para que possamos de fato ter educação para todos.

RECONSTRUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Estamos diante do maior desafio da nossa geração. Nossa tarefa é ser resistência ao governo genocida de Bolsonaro ao mesmo tempo em que reavivamos um grande projeto popular de mobilização. Apaixonado pelo povo brasileiro e apaixonado na medida em que apresenta possibilita a reconstrução do futuro que perdemos em 2016.

Acreditamos que para reconstruir o país do caos gerado e ampliado pela incompetência do desgoverno Bolsonaro e dos efeitos da pandemia, teremos que colocar a educação na base de um projeto de nação. A reconstrução do ensino superior é possível e necessária, mas ela não poderá ser alcançada sem que a própria sociedade se reedue, modificando completamente sua relação com a educação.

Para sairmos deste abismo, é fundamental que o Estado volte a assumir um papel de coordenação e de indução dos direitos sociais e isso não será possível sem a derrubada de Bolsonaro e sem a revogação do teto de gastos. Inspirados no “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”, apresentamos o programa mínimo:



ELEVAR O ÍNDICE DE INVESTIMENTO EM UNIVERSIDADE E INSTITUTOS FEDERAIS:



CONSTITUIR UMA NOVA POLÍTICA DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:



FORTALECER VÍNCULOS ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PRODUTIVA:



RETOMAR E APROFUNDAR POLÍTICAS ESTRATÉGICAS PARA A REDUÇÃO DE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

UNIVERSIDADES PRIVADAS

Dos cerca de 8,6 milhões de estudantes de ensino superior no Brasil, mais de 6,5 milhões estão na rede particular. Este número representa 75,8% no quadro geral de matrículas. Neste sentido, cabe destacar que na última década tivemos no país uma verdadeira revolução no que consiste a democratização do acesso, de modo que políticas afirmativas como o ProUni e o Fies possibilitaram uma verdadeira mudança no perfil discente das universidades privadas, que passaram a se pintar de povo.

Sabemos, contudo, que não é fácil estudar em uma instituição privada. Ao invés de respeito, muitas vezes os estudantes são vítimas de aumentos de mensalidade sem justificativa, cobranças humilhantes e abusivas, ausência de diálogo com a direção e violação de seus direitos por parte das instituições. Assim, se entrar na universidade já é difícil, permanecer nela é ainda mais.



Desde o início da pandemia, a situação de estudantes de instituições privadas tem sido extremamente dramática. De acordo com recentes estudos, cerca de 608 mil alunos trancaram o curso no ensino superior privado. Além disso, a inadimplência também registrou um aumento recorde de 30%. Aliado a essas questões, temos ainda a problemática do Fies, que ao final de 2020, registrava 47% de seus contratos suspensos por ausência de pagamento.

Estes problemas se devem ao fato de, salvo algumas raras exceções, estudantes de universidade privada não receberem nenhum tipo de assistência estudantil, de modo que sua permanência no ensino superior muitas vezes está condicionada a uma longa jornada de trabalho e/ou condições econômicas favoráveis. Portanto, quando esta condicionante é perdida, o sonho vira um pesadelo. Desta forma, entendemos que deve ser tarefa primordial da UNE realizar no próximo período um grande processo de discussão e mobilização sobre a necessidade de uma política de assistência estudantil para os estudantes de universidades privadas.

Neste cenário de falta de perspectiva de futuro, temos pautado na UNE e travado desde o início do ano passado uma série de lutas pelo direito dos estudantes, onde podemos destacar a jornada pela redução das mensalidades e a suspensão do pagamento das parcelas do Fies, sem contar da luta contra a precarização do ensino e da mobilização contra a demissão em massa de professores.

Mesmo com o avanço, embora lento, da vacinação, a maior parte dos estudantes não foi ainda imunizada sequer com a primeira dose. Nesse sentido, a UNE precisa trabalhar com a perspectiva de que as aulas semi-presenciais, híbridas ou à distância ainda perdurem por um período de tempo. Diversas universidades do país seguem recusando a redução nas mensalidades dos estudantes durante o período de aulas virtuais, sob alegação de que aulas à distância síncronas não são cadeiras EAD, e por isso justificariam a cobrança do preço integral da parcela. No entanto, como sabemos, aulas virtuais reduzem em muito os gastos das Universidades, seja com energia elétrica, manutenção do campus etc.



Sendo assim, a UNE terá um papel fundamental na mobilização do próximo período, pois, se seguirmos na perspectiva de continuidade do modelo híbrido de ensino, se faz urgente e necessária a regulamentação federal para a redução das mensalidades nas instituições de ensino privadas.

Na nossa avaliação, todos os problemas mencionados têm a mesma matriz de origem: a falta de regulamentação. Sem ordenação adequada e dominada boa parte por um conglomerado de fundos de investimento que atuam na bolsa de valores, o ensino superior privado enfrenta um nocivo processo de financeirização e desnacionalização, onde a lógica existente impõe uma clara submissão do conhecimento à lógica do lucro.

Portanto, é urgente que seja retomado na base o debate sobre a necessidade de uma política de fiscalização e controle de qualidade das instituições privadas, para assim, oferecer respostas ao processo de mercantilização do ensino. Vale mencionar que uma boa parte destas instituições recebe auxílio financeiro do Governo Federal, como é nos casos de Fies e ProUni, portanto, nada mais justo que estejam passivas de um critério de avaliação de ensino rigoroso.

Por fim, entendemos que os desafios para o ensino superior privado são enormes, de modo que é fundamental que no próximo período seja realizado um grande processo de organização dos estudantes de privadas para encampar uma agenda que:

- a) Retome o debate acerca da necessidade de regulamentação do ensino privado, uma vez que a educação superior tem uma função estratégica para o desenvolvimento nacional, de modo que não pode permanecer desregulado como está;
- b) Desenvolva um processo de mobilização pelo perdão das dívidas do Fies, assim como da regulamentação federal para a redução das mensalidades;
- c) Resgate a luta pelas políticas de assistência estudantil para os estudantes de privadas, a partir de uma combinação entre orçamento do MEC acrescido da porcentagem de arrecadação e lucro das instituições;

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Com o avanço da agenda neoliberal do governo Bolsonaro, o processo de exclusão dos estudantes de baixa renda se consolida no desmonte das políticas de assistência estudantil. Para 2022 já está previsto um grande contingenciamento do governo nas verbas de custeio das instituições federais de ensino superior, com redução de quase 60% para a assistência estudantil. A popularização das universidades na última década reforça a centralidade das políticas de assistência estudantil e o PNAES é fundamental para que seja garantida.

Ao lado da lei de cotas, é instrumento da popularização do ensino superior e consequentemente no fortalecimento da soberania nacional. Sendo assim, precisam ser políticas de Estado, para que assegurar a formação de nossos jovens cientistas, principalmente os vindos das classes populares.

Por isso, nós do coletivo ParaTodos, acreditamos tocar uma grande mobilização nacional em torno da transformação de PNAES em projeto de lei para que as universidades tenham a cara do povo e sejam cada vez mais acolhedoras às classes populares.

A alimentação nos bandejões e restaurantes universitários é um instrumento de permanência estudantil e segurança alimentar fundamental e a Universidade precisa oferecer alimentos de qualidade para seus estudantes. Nesse sentido, e visando o cumprimento da função social da Universidade, é central a integração dos bandejões com o campo.

A criação das estruturas de pró-reitoria de assistência estudantil são recentes, frutos diretos da popularização do ensino superior público. Por isso, é fundamental que seja uma política difundida nas administrações centrais das instituições de ensino superior estaduais e federais. Defender as PRAES é defender o direito do estudante e ter o entendimento que não há universidade sem estudantes e que a universidade é um espaço cada vez mais para todos.

EM DEFESA DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO!

Defender o Ensino, a Pesquisa e a Extensão é tarefa do movimento estudantil, visto que está diretamente relacionado à uma formação de qualidade e ao investimento adequado por parte do governo federal. Com o início da pandemia de COVID-19 no Brasil, foi possível observar **o papel que os projetos de extensão e projetos de iniciação científica** vêm cumprindo para entendermos o coronavírus e seus impactos na nossa vida. Mas além dessas, muitas são as temáticas e abordagens feitas pelas universidades que têm impacto direto na social, mas que vêm sofrendo com os ataques de um governo negacionista.

As professoras e professores universitários vêm sofrendo, diariamente, os ataques do Governo Bolsonaro. A **liberdade de cátedra dos professores também vem sendo afetada**, principalmente a partir das investigações feitas com nomes daqueles professores e pesquisadores que fizeram críticas ao governo ou se manifestaram publicamente. Após a criação dos projetos de “Escola sem partido”, vemos que as perseguições aos professores continuam. Assim, é preciso entender que essas perseguições fazem parte do projeto de desvalorização da ciência e da educação do país. **Bolsonaro é inimigo da educação, dos professores e da ciência!**

Em defesa do PIBID, Residência Pedagógica e de todos os projetos de extensão! As universidades não são uma realidade paralela à sociedade em que estão inseridas. Por isso, uma das nossas funções enquanto estudantes é construir essa relação, entender as necessidades, os problemas e buscar soluções para as questões que fazem parte da nossa sociedade. Os alunos vão para a prática em campo, ou seja, saem da sala de aula e laboratório e vão para o encontro físico com a população. Porém, apesar da importância desses projetos, eles vêm sofrendo com os cortes orçamentários.



CONTRA O REUNI DIGITAL

No quadro das significativas mudanças ocorridas no campo da educação nas últimas duas décadas, **sem dúvida alguma, as políticas de expansão e de reestruturação do ensino superior promoveram a maior inclusão educacional da história do país.** Isso se deve ao fato das universidades terem sido encaradas entre os anos de 2003 á 2015 como elementos centrais, políticos e estratégicos para o desenvolvimento nacional e regional.

Neste sentido, uma das principais políticas públicas responsável por esse processo foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado no governo Lula, sob a coordenação do então ministro da Educação Fernando Haddad, que promoveu reformas culturais na educação, como a internacionalização de saberes, a interiorização, a expansão da estrutura universitária e a inovação curricular como eixos estratégicos. **O sucesso do programa pode ser facilmente identificado quando observamos o aumento do número de matrículas nas instituições de ensino superior públicas, a inclusão inédita de filhos da classe trabalhadora nas universidades, a criação dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar, a criação de 14 novas universidades e mais de 126 novos campi e unidades universitárias.**

Contudo, se anos atrás o país assistiu uma verdadeira revolução no que concerne à expansão, hoje nos deparamos com uma conjuntura totalmente adversa e bastante desafiadora. Em outubro de 2020 o Ministério da Educação (MEC) publicou duas portarias estabelecendo um Grupo de Trabalho (GT) e um Comitê de Orientação Estratégica (COE) voltados para a expansão do ensino superior EAD nas universidades federais. A proposta do MEC é que possa ser criado um projeto chamado “REUNI DIGITAL”, promovendo assim, uma expansão de matrículas EAD. O projeto visa impactar ainda as atividades das matrículas em cursos presenciais, estimulando o avanço do hibridismo na educação superior do nosso país.

Apresentar uma proposta de expansão de vagas EAD, nas atuais circunstâncias, representa um verdadeiro desmonte no sistema de ensino, de modo que promove uma subtração significativa no volume de investimento público, o que aprofundará mais ainda a grave crise orçamentária enfrentada pelas instituições. Portanto, para barrar este retrocesso histórico é fundamental que no próximo período seja construído um grande processo de articulação para afirmar uma agenda em defesa da universidade pública e do direito à educação.

LEI DE COTAS: UMA POLÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Entendemos que o problema central do Brasil é a desigualdade social, e esta sempre teve um viés racializado no país. A ideia de raça é fundante da república brasileira, de modo que os principais intelectuais desde então de forma implícita, ou explícita abordam a questão de raça no país, e nessa produção intelectual, negros e indígenas sempre foram racializados de forma negativa. A racialização se efetiva e se perpetua através de um conjunto de estruturas que perpetuam a desigualdade como a escola, a universidade, a educação.

Por isso entendemos, que a lei de cotas foi sem dúvidas uma das políticas públicas mais revolucionárias do quadro social adotadas no país nos últimos 15 anos, onde é certo afirmar que a política foi responsável por mudar a cara e a forma da universidade brasileira, possibilitando que o país pudesse escrever páginas de sua história a partir das pesquisas e escritos de negros e indígenas.

A lei de cotas é responsável pela garantia de um direito a uma parcela da sociedade que, antes dela, não tinha nenhum tipo de perspectiva em larga escala de acesso à universidade pública e aos poucos, vai junto de outras políticas de ação afirmativa, destruindo a estrutura racista através da quebra da lógica racista individual e interpessoal, o caminho é longo e por isso precisamos da renovação da lei de cotas raciais nas universidades públicas, a estrutura é feita de pessoas, relações e Instituições e com temos a certeza, de que a democratização e popularização do acesso à universidade é capaz de criar bases para a mudança do quadro social.

A falta de pessoas negras se formando em alguns cursos mais elitizados e lecionando nas universidades, diz sobre a necessidade que ainda temos sobre a lei de cotas e sobre um de seus objetivos que é o de garantir a representatividade de negros e indígenas em espaços de poder através do acesso a educação. Ainda precisamos ter a capacidade de mudar a estrutura e o fortalecimento dos mecanismos de divulgação e conscientização sobre a lei de cotas. Representatividade sozinha não importa sem conscientização social, principalmente dos públicos alvos, mas também nas periferias do país onde o acesso a informação e a educação regular é escasso, uma grande campanha de conscientização nacional, precisa ser tocada enquanto vigorar a lei, a destruição do racismo é uma prática diária e passa principalmente por disseminação de informação e consequentemente formação de capacidade de reconhecimento enquanto pessoas de direitos a negros e indígenas, que historicamente, são racializados de forma negativa no país.

Desta forma entendemos, que a reserva de vagas promovida pela lei de cotas é fundamental, mas precisamos fortalecer também as leis de ações afirmativas como a Lei nº 11645, que prevê a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Só com medidas afirmativas combinadas e fortalecidas, conseguiremos acabar com o racismo. Pela renovação da lei de cotas e fortalecimento das medidas de ações afirmativas já !

PRÉ-SAL PARA A EDUCAÇÃO!

A luta pela defesa da Petrobrás é histórica para o movimento estudantil e para a UNE. Em 2009, nós, estudantes, ocupamos as ruas na campanha nacional pela defesa do “Fundo de Educação Social Pública do Pré-Sal 50%”. A iniciativa conquistou ruas e universidades de todo o país como estratégia para reivindicar 10% do PIB para a educação. Assim, é importante que seja criado o Fundo Social e que seja revertida para a educação pública, visto que com isso, vamos investir em ciência e transformar a sociedade.

Contudo, cabe destacar que esta conquista não está descolada de um projeto de país. Foi a partir do governo da presidenta Dilma que, em 9 de setembro de 2013, foi sancionado o projeto de lei que garantia 75% dos Royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal para a educação. Um exemplo da importância dessa conquista é que entre 2015 e 2019, o Fundo Social do Pré-Sal arrecadou aproximadamente R\$ 48,7 bilhões. **Parte disso, representa uma mudança para a superação de problemas históricos da educação e pode estabelecer as bases para um projeto educacional verdadeiramente libertador, para democratizar a educação PARA TODOS!**

E aconteceu. Durante os governos Lula e Dilma, a educação cresceu, os credores das universidades se diversificaram e o pobre começou a ser cientista. Por isso, a educação foi também uma das mais afetadas pelos governos neoliberais. Agora, em meio à pandemia, o governo de Jair Bolsonaro quer acabar com o Fundo Social do pré-sal e tirar milhões da saúde e da educação. No ano passado, estava prevista a destinação de 8,8 bilhões de reais em 2020, o que representa 7,5% do orçamento do Ministério da Educação. Se o projeto golpista for sancionado pelo presidente, vai cortar esses recursos que temos hoje pela metade e vai afetar e muito a educação brasileira.

EM DEFESA DAS NOSSAS ESTATAIS!

A nossa luta unificou, é estudante junto com trabalhador! A PEC32 que propõe a reforma administrativa vai afetar e muito o futuro do serviço público no país. Além disso, as nossas estatais estão em risco! A política econômica de Paulo Guedes é tão genocida quanto o resto do governo Bolsonaro. Além de negociar nossas aposentadorias, agora estamos vendo nossa soberania nacional ser jogada fora. Por isso, nós estudantes precisamos **nos organizar na luta contra a Reforma Administrativa, em defesa das nossas Estatais e do serviço público.**

GREVE GERAL
EM DEFESA DA APOSENTADORIA

ACESSIBILIDADE

O movimento estudantil e UNE terão uma difícil tarefa nos próximos anos: chegar a todos os estudantes e aglutiná-los em torno da defesa das universidades, da Assistência Estudantil e da democracia brasileira. Mas reformas serão necessárias. Há um importante grupo que o movimento estudantil não dialoga, os estudantes com deficiência, que são mais de 48 mil matriculados em universidades públicas e particulares.

Os principais desafios são da ordem da comunicação e da valorização da pauta. Em primeiro lugar, é necessário repensar as diversas formas de comunicação empregadas pelo movimento estudantil ao longo dos anos. É de suma importância garantirmos intérpretes, áudio descritores, legendas e demais formas de comunicação necessárias para tornarmos o debate acessível em todos os espaços políticos e culturais que a UNE e as demais entidades filiadas a ela organizarem.

Para além dos problemas de comunicação, temos que enfrentar os problemas crônicos que existem em nossas instituições de ensino. Se durante o período presencial existiam os problemas de acessibilidade nos espaços de aula para estudantes com deficiência, a pandemia e o ensino remoto trouxeram uma nova gama de problemas que intensificaram a exclusão social.

Por uma ausência de uma atuação do campo de esquerda, que afasta o movimento de Pessoas com Deficiência do nosso campo político, esse segmento é encampado majoritariamente pela direita neoliberal, num contexto em que a religião pode exercer forte influência.

Por isso, a UNE tem o dever para o próximo período de estruturar o movimento de estudantes com deficiência e pensar políticas voltadas a realidade desses estudantes que sempre foram excluídos dos processos políticos de entidades gerais e de base do Movimento Estudantil.



O QUE DEFENDEMOS:

- ★ FORA BOLSONARO, MOURÃO E TODO O GOVERNO GENOCIDA
- ★ DEFESA DAS ESTATAIS E DA SOBERANIA NACIONAL
- ★ UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE!
- ★ VOLTAS ÀS AULAS SOMENTE DIALOGADA COM ESTUDANTES:
- ★ VOLTAS ÀS AULAS SOMENTE DIALOGADA COM ESTUDANTES:
- ★ A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, A LIBERDADE DE CÁTEDRA E FIM DAS PERSEGUIÇÕES AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:
- ★ RENOVAÇÃO DA LEI DAS COTAS:
- ★ A APLICAÇÃO DO PNAES E 10% DO PRÉ-SAL PARA A SAÚDE E EDUCAÇÃO:
- ★ REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO:
- ★ PERDÃO DAS DÍVIDAS DO FIES:
- ★ FUNDOS ESTADUAIS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
- ★ ORGANIZAR A ENTIDADE PARA A CAMPANHA DO LULA:
- ★ UMA EDUCAÇÃO PARA TODAS, TODOS E TODES.

